

# Orçamento não permite cortes

O governo federal já fez os cortes possíveis nos seus gastos e um ajuste fiscal mais amplo só será possível com "medidas de natureza estrutural", segundo o secretário de Orçamento e Finanças da Secretaria de Planejamento, economista Pedro Pullen Parente. Mesmo os cortes realizados neste ano e os programados para 1990 serão insustentáveis por um período mais longo, disse, porque será necessário, por exemplo, retomar investimentos em infra-estrutura.

Um choque fiscal exigirá uma revisão da carga tributária — com ampliação da base tributável e não das alíquotas dos impostos — e uma reforma administrativa no governo federal, com redefinição de suas funções e não mera extinção de alguns ministérios, como tem sido proposto por alguns candidatos, explicou Parente. Será preciso repassar responsabilidades da União a Estados e municípios, pois recursos, afirmou, já foram transferidos pela Constituição.

Uma reforma ampla também foi defendida pelo secretário de Orçamento e Controle das Estatais

(Sest), Iran Siqueira Lima. Qualquer política "fatalmente passará pela privatização" de certo número de empresas, pois o governo federal não tem condições de financiar todos os investimentos básicos necessários ao crescimento da economia.

As estatais não-financeiras deverão investir no próximo ano NCz\$ 15 bilhões, calculados a preços de maio deste ano, e as financeiras investirão NCz\$ 2 bilhões. Esse programa, no entanto, depende em 80% de recursos próprios, gerados com tarifas ou obtidos mediante capitalização (venda de ações ou de debêntures). Todos os preços e tarifas do setor público deverão estar realinhados até fevereiro (até o fim deste ano, em alguns casos), segundo Iran Siqueira Lima. Os investimentos programados para 1990 representam cerca de 18% do dispêndio global (NCz\$ 342 bilhões). Os gastos com pessoal deverão chegar a 19%. O programa descrito pelo secretário de Orçamento e Controle das Estatais refere-se a 181 estatais — das quais 164 não-financeiras.

Os investimentos das não-fi-

nanceiras devem corresponder no próximo ano a 3,19% do Produto Interno Bruto (PIB), contra 2,7% neste ano e 4,57% em 1980. O governo federal estima um crescimento de 1% para o PIB neste ano e de 2% no próximo, informou Pullen Parente.

No orçamento fiscal da União, só estão previstos gastos de investimento estritamente necessários para manter os canteiros de obras, destacou o secretário de Orçamento e Finanças. Nenhum novo projeto deve ser iniciado em 1990. Os investimentos custeados diretamente pelo Tesouro estão incluídos na rubrica "outras despesas correntes e de capital", a única sob controle efetivo dos ministérios econômicos (o resto do orçamento é formado de transferências a Estados e municípios, juros, pessoal e despesas obrigatórias). Os cortes foram, portanto, feitos em "outras despesas correntes e de capital". A queda foi de 3,5% do PIB em 1988 para 1,8% neste ano, estando prevista pequena recuperação para 1990 — uma elevação para 2,7% do PIB.

ESTADO DE SAO PAULO

7 NOV 1989